ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT
CNPJ: 04.252.523/0001-86

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 57/2025 DE 05 DE NOVENBRO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA
PROTOCOLO GERAL 1512/2025
Data: 11/11/2025 - Horário: 07:00
Administrativo

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE "TÍTULO DE CIDADÃO COLNIZENSE" AO PROMOTOR DE JUSTIÇA – BRUNO BARROS PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTOR: Jonas de Oliveira Miranda.

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, com amparo no art. 247 do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e ele

DECRETA:

Art. 1º - Concede **"Título de Cidadão Colnizense"** ao Promotor de justiça substituto do Estado do Matogrosso Bruno Barros Pereira em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Colniza.

Art. 2º - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Colniza, especialmente para esse fim.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Colniza/MT, 05 de novembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
JONAS DE OLIVEIRA MIRANDA
Data: 10/11/2025 13:35:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JONAS DE OLIVEIRA MIRANDA
VEREADOR –PL

FL. 05
CÂMARA MUN.
COLNIZA

BIOGRAFIA.

Uma história de lutas e conquistas marca a trajetória do egresso Bruno Barros Pereira do curso de Direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Francisco Beltrão, que hoje atua como Promotor de Justiça Substituto do Estado do Mato Grosso.

De acordo com a professora do curso de Direito em Francisco Beltrão, Andréa Regina de Morais Benedetti, cada aluno que se coloca no mercado de trabalho ou que realiza um sonho em sua carreira profissional, tem seu valor e importância na consolidação e na memória do curso. "Com relação ao Bruno possuo um especial apreço pela trajetória. Bruno ingressou no curso de Direito da Unioeste de Beltrão em 2006. Sempre trabalhou para se sustentar e nos primeiros anos da faculdade teve a sua primeira filha, com a esposa Mirna. Era sempre sorridente, sonhador, educado, interessava-se pelas leis, pela justiça e pelas pessoas. Em função de compromissos profissionais, transferiu seu curso para o Campus de Foz da Unioeste, mas deixou uma lição poderosa: a persistência, a paciência, o empenho. De tudo isso, contudo, o que mais me anima é crer que ele desempenhará um papel responsável onde estiver lotado".

Bruno conta que ingressou na Unioeste, campus de Francisco Beltrão, no curso de Direito no ano de 2006 aos 29 anos. Voltou a estudar por iniciativa da esposa, sendo que um ano depois nasceu sua primeira filha, Brenda. E um mês antes de seu nascimento perdeu o emprego. "Isso foi um divisor na minha vida, tentei conciliar vários empregos com o curso de Direito, mas por ser matutino não obtive êxito", contou.

Em 2008, conta Bruno, na metade do ano, mesmo se sentido vocacionado com o curso de Direito teve que tomar uma decisão, abandonar o curso no meio de terceiro ano e assumir o concurso na Prefeitura de São Miguel do Iguaçu, próximo de Foz do Iguaçu, conseguindo retomar o curso de Direito, desta vez no Campus Foz do Iguaçu da Unioeste, depois de fazer novamente o vestibular e ser aprovado em razão de que não seria garantida a vaga para transferência. "Demorei de 2009 até 2012 para concluir o restante do curso, colando grau em março de 2013. Continuei a minha trajetória nos concursos, trabalhando na UTFPR – campus Medianeira por quanto anos, no Tribunal de Justiça do Paraná por seis anos (2016-2022). Durante o tempo que trabalhei no TJPR consegui ter os recursos necessários para custear as viagens para concursos mais desafiadores, nesse período fui aprovado nos concursos da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul e no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (concurso que assumi em 2022 e fiquei até a posse como Promotor de Justiça em 2023), ambos como analista judiciário".

Ele conta que teve as mesmas dificuldades de várias famílias, controlar a finanças da família com os gastos das inscrições dos concursos e as viagens das provas, com o sacrifício de diversos momentos com a filha mais velha e da esposa que sozinha em diversos momentos supriu sua ausência. "Como trabalhava e conciliava o tempo que podia na criação, agora das

minhas duas filhas, em diversos momentos esperava todas dormirem e ia estudar", contou Bruno que é pai de "duas flores, a Brenda e a Manuela, casado com a Mirna Noll, o meu jardim das minhas flores".

Bruno diz que procurou diversas formas de estudar, cursos que pudessem auxiliar, muitas vezes gratuitos disponíveis na internet, estudava como podia, e durante quatro anos, quando decidiu enfrentar desafio nos concursos de carreiras jurídicas, procurava estudar no mínimo duas horas diárias, cronometradas. "Se eu me levantasse para ir ao banheiro ou beber água parava o cronometro. E isso mesmo, duas horas diárias, era o que conseguia a muito custo, diferente dos mais diversos Hércules das redes sociais que pregam o estudo de 08, 10, 12 horas diárias".

Para Bruno 2019 foi um ano de muita superação. "Ano de falecimento da minha mãe, fiz o concurso e fui aprovado na primeira e segunda fases. No começo de 2020, após a inscrição definitiva para a prova oral, vem a pandemia com todas as suas mazelas, postergando a realização para o final do ano (novembro). Lembro do dia que saiu o resultado dias depois da realização da prova oral e meu nome estava lá entre os aprovados. Todos nós tivemos que aguardar um longa espera ainda em função da pandemia e das restrições orçamentárias decorrentes".

"O resumo da minha história é esse, uma pessoa comum, marido, pai, com tempo escasso em razão da família e do trabalho, pouco recursos, que com perseverança e uma dose de obstinação não desisti, sendo aprovado aos 43 anos como promotor de justiça do Estado do Mato Grosso em 30/06/2023, já aos 45 anos. A graduação de Direito não tem idade, seja para quem quer seguir uma carreira como advogado, seja para quem quer seguir nos concursos públicos. Sou grato por ter sido aluno da Unioeste, grato por todos os professores por todas as disciplinas que tiver, pois conforme os objetivos foram ficando mais altos, tive que revisitar as disciplinas do 1° ano, base cada vez mais cobrada nos concursos das carreiras jurídicas, fica aqui a dica. Tenho orgulho de ser Unioeste", finalizou.